



BRAGA, Lucelma Silva. **A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história.** 2019. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/335748>. Acesso em: 13 out. 2021.

A LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL (1980-1996)

Jacqueline Andreuccci Lindstron¹
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
(jlindstron@gmail.com)

A autora possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (USP). É docente da UFMA, onde atua com temas como trabalho docente, hegemonia, política educacional, história da educação e história das lutas em defesa da educação pública no Brasil. Também integra o Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/GT-MA).

A tese, intitulada *A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história*, tem 443 páginas, divididas em cinco capítulos e apresenta uma vasta seção de referências. Foi orientada pelo professor Dermeval Saviani e defendida em 2019.

É entre o final da década de 70 e o final da década de 90 do século XX que a autora concentra os dados apresentados e discorre sobre como as políticas educacionais implementadas no Brasil, nesse período, foram cuidadosamente articuladas e planejadas pelos governos, no movimento de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ela convida o leitor a refletir sobre as razões pelas quais ainda não atingimos a universalização da educação escolar, apresentando um panorama do contexto histórico do final do século XX e suas tensões.

A introdução é breve, mas esclarece ao leitor que o objeto da pesquisa é a luta em defesa da educação pública no Brasil, abordado em sua historicidade. Assim, a autora explica o que entende por essa luta:

A luta em defesa da educação pública é entendida neste trabalho como as ações teórico-práticas de organização e mobilização de setores da sociedade civil comprometidos com a defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade social, para o enfrentamento dos impactos das políticas liberais e neoliberais do Estado brasileiro, em seus diversos âmbitos e nas diferentes etapas de ensino (BRAGA, 2019, p. 24).

O primeiro capítulo, *A luta pela educação no Brasil (1957-1984)*, apresenta o contexto anterior ao período eleito para o recorte temporal, o da industrialização; período de transição entre o medieval e o moderno no mundo.

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.



Dessa maneira, evidencia que a instrução dos povos foi necessária para a industrialização e que ocorreu de formas diferentes em diferentes países, pois a transição da sociedade feudal para a sociedade moderna dependia do tipo de burguesia existente em cada país. Aponta ainda que a Inglaterra e a França tinham condições mais favoráveis para “converter os súditos em cidadãos, condição de que esses cidadãos participassem do processo político, e, participando do processo político, consolidassem a ordem democrática, a democracia burguesa” (BRAGA, 2019, p. 29).

Infelizmente, o Brasil não contava com uma burguesia forte quando a industrialização começou e seu mercado consumidor era de, majoritariamente, ex-escravizados, imigrantes pobres e um contingente enorme de analfabetos. No entanto, a autora não analisa tais “entraves encontrados historicamente para superar o déficit que nos marca em matéria de educação”, mas busca “compreender as determinações próprias que a formação social brasileira porta e que decorrem das suas relações intrínsecas com o todo”. Assim o faz em concordância com a herança de Marx (*Ibidem*, p. 32).

Ainda no primeiro capítulo, ele enriquece sua argumentação dialogando com Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, pensadores da formação do Brasil, que preconizam que as relações do nosso passado colonial e a nossa relação de dependência e subordinação ao imperialismo nos colocou em uma posição deficitária no que diz respeito à educação, uma vez que determinou a formação social brasileira. Concordando com os autores, Braga (2019) acredita que o Brasil chegou ao século XXI sem que a universalização da educação escolar e a erradicação do analfabetismo tenham sido conquistadas porque a relação passado-presente está fundada na particularidade da formação do capitalismo brasileiro, um capitalismo dependente que estabelece que o

[...] nexos entre dependência econômica e cultural que perpetua a condição de subdesenvolvimento que se reproduz na sociedade brasileira não é uma etapa ou um grau inferior do desenvolvimento; é, na verdade, a forma particular por meio da qual o capitalismo se configura na periferia (BRAGA, 2019, p. 38-39).

O texto sustenta, a partir daí, em consonância com a tese de Fernandes (2018), que o desenvolvimento, no Brasil, do capitalismo de tipo dependente colocou empecilhos para reformas típicas da revolução burguesa, tais como: reforma agrária, urbana, política, tributária e educacional. Braga (2019) afirma que a falta de tais reformas e

[...] de revoluções burguesas, originaram-se alguns dos dilemas do país que se reiteram, permanentemente, e não serão resolvidos sem transformações materiais e socioculturais profundas, capazes de criar os alicerces objetivos e subjetivos para a construção de uma sociedade sem classes, efetivamente democrática (democracia operária, não burguesa) e autorreferida (BRAGA, 2019, p. 45).



Sendo a democracia operária o caminho para superar os impasses que o Brasil enfrentava e ainda enfrenta, a revolução socialista precisaria acontecer, mas isso ainda não ocorreu.

Na segunda seção do capítulo, a autora dedica atenção às lutas no campo educacional que ocorreram entre 1957 e 1964, destacando como mais significativas a Campanha em Defesa da Escola Pública; a luta contra o analfabetismo e pela Educação Popular; e a luta em defesa da universidade brasileira e, também, por sua reforma. Sem pretender recompor o efervescente quadro histórico da época, Braga (2019) situa os elementos centrais da luta pela educação brasileira e demonstra como sempre foram perpassados e submetidos aos interesses econômicos, políticos e ideológicos, tanto externos quanto internos.

O texto evolui demonstrando como a ideia de uma centralização do Estado, em matéria de sistema educacional, vai sendo, aos poucos, deslocada da discussão sobre o sistema educacional em si para o conflito escola particular *versus* escola pública. De qualquer modo, a perspectiva descentralizadora acabou imperando e mudanças nas dinâmicas econômicas e sociais ampliaram as demandas pela educação escolar, mobilizando a sociedade brasileira. Neste período, o então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), conhecido como JK, alinhava a educação ao projeto de modernização do país, deslocando-a para a área de planejamento econômico. O ponto de partida de JK era incentivar o ensino técnico-profissionalizante no ensino médio, abandonando o tradicionalismo, pois seu plano desenvolvimentista de governo (“50 anos em 5”) estava em sintonia com a formação de recursos humanos para “as novas necessidades do desenvolvimento econômico levado a cabo no país, estreitamente ligado à expansão do capitalismo monopolista” (BRAGA, 2019, p. 54).

É nesse contexto que vai emergir a Campanha em Defesa da Escola Pública, em 1960, uma reação de repulsa, de diferentes círculos sociais, pelo teor do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, primeira LDB. Os protestantes entendiam a LDB de 1961 como uma conspiração retrógrada contra o ensino público, nascida do complô entre proprietários de escolas privadas leigas e os mentores das escolas mantidas por iniciativa do clero católico. Fato é que a autora mostra que começava aí um ciclo de manifestações populares que demonstrava um clima de crescente agitação no país. O que se percebe, segundo a autora, é que houve um deslocamento dos assalariados e do proletariado para uma posição menos subalterna ao observarem a realidade da luta de classes que se intensificava como resultado das contradições do novo padrão de desenvolvimento capitalista adotado no país. Estudantes, artistas, intelectuais e religiosos vão se unir em prol de reformas no âmbito educacional.

À luz de Gramsci, Braga (2019) discorre sobre a inquietação dos processos de educação popular desencadeados nesse período histórico — tais como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Ação Católica e a Juventude Operária Católica, os Centros Populares de Cultura (CPC), os Movimentos de Cultura Popular (MCP) — que carregavam “várias tensões, contradições e ambiguidades” (BRAGA, 2019, p. 68). Isso porque foram intelectuais solidários às causas populares que promoveram tais manifestações e organizaram esses



movimentos, assim, a educação popular não foi uma iniciativa das camadas populares. Embora reconheça a importância dessa origem dos movimentos sociais pró-educação popular, a autora não se atém a detalhes e passa a discorrer sobre o cenário do governo João Goulart que procurava “compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento semelhantes às do final dos anos 50” (TOLEDO, 2004, p. 16 *apud* BRAGA, 2019, p. 71).

Surge então o Plano Trienal e o Plano Trienal de Educação, proposto por Darcy Ribeiro, que previa erradicar, até o ano de 1970, o analfabetismo entre crianças, adolescentes, jovens e adultos, para tal pretendia-se destinar percentuais de recursos financeiros aos três níveis de ensino. No mesmo período, também foi criado o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), enfatizando a alfabetização de cinco milhões de adultos em dois anos. É nesse período que o MEC nomeia Paulo Freire para coordenar o PNA, “que teve a adoção de seu método como instrumental de trabalho e estabelecia carga horária de 40 horas iniciais para alfabetização, sendo o restante destinado à realização de atividades que envolviam organizações políticas de massa” (BRAGA, 2019, p. 72).

A essa altura, a autora traz dados estatísticos estarrecedores sobre os problemas ligados ao subdesenvolvimento educacional do país à época e aponta que, para a superação dele, seria necessário “tratar a questão educacional como parte das reformas de base, constituindo e consolidando um sistema nacional de educação capaz de universalizar um atendimento de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino” (*Ibidem*). Evitando uma visão romantizada das mudanças, Braga (2019) reconhece o caráter progressista das propostas e segue discutindo os avanços e alcances das lutas travadas nos primeiros anos da década de 1960.

Destaque é dado à luta pela Reforma Universitária, mobilização dos estudantes universitários após a aprovação da LDB, que iniciou com a realização do I Seminário Nacional do Ensino, em 1957. No evento, estudantes universitários discutiram criticamente a realidade brasileira, apontando seus impasses. Vale a leitura atenta dessa parte da tese, pois a autora apresenta as contradições fundamentais da estrutura liberal-burguesa brasileira que trazia como consequências a proletarização crescente da classe média e a alienação do proletariado. Dessa forma, os estudantes compreendiam que a questão da universidade brasileira ia “além da questão de sua expansão ou da demanda dos “excedentes”, como o problema era conhecido à época” (BRAGA, 2019, p. 75). Tal clareza de pensamento, fez com que o movimento estudantil se posicionasse politicamente e, infelizmente, fosse severamente reprimido, ao longo da história, no contexto da ditadura empresarial-militar.

É nesse contexto que se arquiteta no país a atmosfera do Golpe Militar de 1964 e a autora trata do tema em uma seção intitulada *A contrarrevolução empresarial-militar, as reformas educacionais e o refluxo da luta pela educação pública (1964-1984)*. Assim, ela traz para o leitor o esclarecimento de que se:

[...] por um lado, o golpe preparado e executado pelas elites, latifundiários, empresários e pelas Forças Armadas bloqueou a realização das reformas nacionais e democráticas, por outro, a ditadura empresarial-militar



subsequente, desencadeada ao longo de 21 anos, logrou uma transformação profunda, que resultou na expansão e capilarização do grande capital no país (BRAGA, 2019, p. 82).

Mais uma vez, o objetivo da tese não é reconstituir a história dos anos de ditadura empresarial-militar e seus desdobramentos, mas sim situar o leitor sobre seu entendimento sobre o debate, deixando claro que está filiada ao pensamento daqueles que interpretam criticamente a ditadura empresarial-militar.

Braga (2019) expõe profusamente o modo como a ditadura empresarial-militar foi implementada sem maiores dificuldades no país, uma vez que se colocava sob a égide de controle do processo inflacionário da época e a celeridade do ritmo de desenvolvimento nacional. Implantada com um forte aparato estatal repressor, que silenciava movimentos de resistência, implantou uma política de arrocho salarial e garantiu que os trabalhadores permanecessem em uma classe “despolitizada, controlada e subordinada aos patrões e ao aparato militar, de modo que fosse mais produtiva e mais facilmente superexplorada pelo capital” (BRAGA, 2019, p. 90).

Desta forma, as demandas das majorias foram ignoradas por um Estado autocrático violento que visava, inclusive, “ajustar a educação aos reclamos postos pelo modelo econômico do capitalismo de mercado associado dependente, articulado com a doutrina da interdependência (SAVIANI, 2013a, p. 364 *apud* BRAGA, 2019, p. 97). Isso se deu pela manutenção das diretrizes da LDB 4.024, aprovada em 1961, que atrelou a educação ao projeto de desenvolvimento da ditadura, pautada na modernização conservadora, conforme já explicitado.

Para o ensino superior, a prioridade passou a ser a certificação em detrimento da formação intelectual do estudante, assim, houve uma diversificação da organização curricular e

[...] o seu “enxugamento” como estratégias para atender a forte demanda pelo ensino superior, a criação do ciclo básico, a substituição do regime seriado pelo regime de créditos, etc. O processo de reestruturação das universidades em sintonia com as diretrizes que o capitalismo resguardava à periferia também acarretou graves consequências para o regime de trabalho dos docentes e servidores técnico administrativos, também fortemente influenciado pelos pressupostos da racionalidade, da eficiência e da produtividade, além dos impactos que a reforma fez sentir na questão da compressão salarial e do controle político-ideológico sobre o trabalho docente (MINTO, 2011, s. p. *apud* BRAGA, 2019, p. 107).

A investigação do refluxo e ascensão dos movimentos de luta em defesa da educação pública é minuciosa e a autora encerra o capítulo demonstrando a contradição desse movimento de lutas, ela aponta que a própria política de expansão da graduação e da pós-graduação da ditadura “resultou na formação de uma geração de estudantes, professores e intelectuais críticos que cumpriram papel fundamental na luta em defesa da educação pública, desencadeada a partir da década de 1980” (BRAGA, 2019, p. 129)

O capítulo seguinte traz uma análise do que a autora chama de “Refluxo da contrarrevolução e ascenso dos movimentos de luta em defesa da educação



pública: a reorganização do campo educacional na transição prolongada”. Ela faz uma análise histórica profunda do período de transição prolongada entre a ditadura empresarial-militar e a democracia representativa; e como a educação se estabeleceu nesse contexto.

Braga (2019) destaca que o crescimento econômico da época, “que situou o país entre as maiores potências mundiais, não foi capaz de superar a pobreza e o subdesenvolvimento, ao contrário, agudizou ainda mais a histórica segregação social que marca a sociedade brasileira” (p. 137). No entanto, a autora destaca que, entre 1976 e 1984, os temas relacionados às ciências humanas e sociais, voltam a ser debatidos pelos intelectuais preocupados com os dilemas da produção do conhecimento científico e com a relação entre a ciência, a educação e a sociedade. Assim, após um período de atuação na clandestinidade, ocorre uma reorganização da luta pela defesa do ensino público, fortemente apoiada pelo movimento estudantil que se reerguia. É uma época de efervescência para o campo da educação.

Aos leitores, então, é informado que, nesse contexto e entre 1973 e 1979, foram criados a Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC), a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e a Associação Nacional de Educação (ANDE). Essas duas últimas entidades foram “responsáveis pela realização da série das Conferências Brasileiras de Educação (CBE), eventos que se consolidaram como um marco da luta em defesa da educação pública no país, a partir de 1980” (p. 145). Deve-se realizar uma leitura atenta nesta seção, se houver interesse em compreender a “mobilização, denúncia e tentativa de construção do consenso” (p. 154) em torno da educação, porque a autora faz um balanço dos dilemas, limites e alcances dessa luta, entre 1980 e 1991, à luz da discussão sobre a particularidade do capitalismo brasileiro.

O movimento de educadores, segundo a autora, atuou em permanente correlação negativa de forças com o sistema, o que reforçou sua debilidade estratégica, seus limites e dilemas internos. A tese sustenta, ainda, que tais impasses só poderiam ser solucionados com lutas capazes de confrontar o capitalismo, não apenas com lutas travadas pelos estudantes e os trabalhadores da educação.

Braga (2019) discorre minuciosamente sobre as atividades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o qual considera um avanço, mas com limites e dificuldades para chegar a consensos por abarcar movimentos sociais de demandas distintas. Além disso, a autora destaca que havia um contexto de ofensiva ao caráter público da educação que conseguiu colocar as lutas anticapitalistas na defensiva durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e a LDB de 1996.

O capítulo quatro, intitulado *A luta pela educação pública na Constituinte e na LDB (1986-1996)*, vai tratar especificamente da “atuação do movimento pela educação pública na Constituinte, bem como em outras frentes de luta organizadas



no período” (p. 247), apresentando a correlação de forças no interior da Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

São destacadas no texto as audiências públicas na ANC, inéditas até então, da qual participavam maciçamente as entidades e os parlamentares constituintes defensores do ensino privado, “tornando explícita a intensidade entre os diferentes campos em disputa e os mecanismos usados por cada um deles” (p. 260). Em concordância com Fernandes (2005), a autora afirma que tais audiências foram apenas uma etapa do processo constituinte, mas exemplificam as dificuldades que avanços substanciais em favor da participação popular enfrentaram, em decorrência também da persistência da disciplina de ensino religioso em instituições oficiais.

A tese apresenta uma seção inteira sobre o ensino religioso nas instituições oficiais, confirmando o poder das instituições religiosas, notadamente a católica na época, “num país em que formalmente a Igreja é separada do Estado” (CARDOSO, 1989, p. 365 *apud* BRAGA, 2019, p. 271). Esse tema certamente não obteve consenso nas discussões, mas o que a autora contempla na sequência, o aumento de verbas para a educação, com certeza foi bem-vindo.

Desse modo, os percentuais de 18% para a União e de 25% para estados, municípios e Distrito Federal foram incorporados ao parecer do relator e lograram aprovação no texto final da Constituição Federal. É fundamental observar a importância estratégica da função da relatoria, posto que, diante da profusão de propostas apresentadas à subcomissão da educação, é o relator quem vai emitir seu parecer, posicionando-se a favor – total ou parcialmente ou contrário às proposições que surgirem (BRAGA, 2019, p. 274).

O texto traz informações precisas referentes aos percentuais de verba destinados às escolas públicas e privadas, à priorização do ensino de primeiro grau e às 30 entidades que se organizaram na nova etapa de luta em defesa da escola pública na LDB. Vale realçar aqui a minuciosidade da narrativa.

Em seguida, a autora evidencia quatro eixos nas discussões realizadas durante as audiências públicas da LDB, sobre as quais discorre em subseções detalhadas. A saber: a democratização da educação, a qualidade da educação, a gratuidade do ensino e os recursos financeiros para a educação pública. A partir daí, o texto apresenta todo o movimento do Fórum, a participação das entidades, as contradições, os diferentes relatores, os inúmeros documentos que foram lançados antes da promulgação da LDB. Vale a pena ler estabelecendo uma linha do tempo para não se perder com tantos nomes e siglas. A autora conclui então que, após seis anos de idas e vindas nas negociações,

O alinhamento entre a reforma do Estado e a reforma da educação, que tinha na LDB o elemento decisivo, ficava nítido quando cotejado com os inúmeros documentos apresentados em “doses homeopáticas” pelo MEC via PLs, MPs, Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e o Planejamento político-Estratégico da Educação do MEC para o quadriênio 1995/1998, que objetivavam concretizar na educação a reforma administrativa do Estado (BRAGA, 2019, p. 370).



Em outras palavras, a LDB de 1996 foi “a LDB possível e necessária para a criação das condições legais à implementação das reformas educacionais demandadas pelo movimento de expansão do capital na periferia” (p. 376). Por conseguinte, a autora expõe ao leitor a necessidade de confrontar o próprio capital como a alternativa capaz de “instituir um novo marco legal para a educação brasileira” (*Ibidem*), o que ainda não aconteceu.

Depois, Braga (2019) passa a discorrer sobre o período pós-LDB e aborda amplamente as lutas travadas no final da década de 1990, quando o FNDEP realizava uma série de Congressos Nacionais da Educação (CONED), o presidente era Fernando Henrique Cardoso e o Partido dos Trabalhadores (PT) chega ao poder fazendo concessões que desarticulavam o próprio partido.

Nas considerações finais, a autora volta a compartilhar com o leitor as ideias de Florestan Fernandes, com quem manteve estreito diálogo ao longo do texto, e entende que as formas de luta permanecem “como o maior desafio colocado aos educadores comprometidos com a construção de soluções efetivas para os históricos problemas educacionais” (BRAGA, 2019, p. 418).

Concluindo, o leitor tem à disposição uma leitura que permite compreender a trajetória histórica da luta em defesa da educação pública e sua autora cumpre o que foi prometido no resumo, porque é impossível não “apreender as lições dessa rica experiência, bem como os desafios que permanecem atuais para todos aqueles que consideram a consolidação da escola pública, gratuita, laica, universal e de qualidade unitária no Brasil, um imperativo” (BRAGA, 2019, p. 9).

Além disso, a leitura é mister para os interessados em temas como lutas educacionais, educação pública brasileira e história do Brasil. O texto é rico em fontes primárias e secundárias e ajuda a fortalecer o entendimento de que é necessário continuar a lutar intrepidamente por essa causa.

Aproveite!

Referências

BRAGA, Lucelma Silva. **A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história.** 2019. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/335748>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos.** São Paulo: Contexto, 2021.

Recebido em: 28/04/2023

Aprovado em: 15/09/2023